

# Oposição diverge sobre o manifesto

15 NOV 1980

JORNAL DE BRASÍLIA

A liderança do PP não assinou o manifesto à nação pela convocação da Assembléia Constituinte por divergências políticas e, também, léxicas — conforme esclareceu ontem o deputado Thales Ramalho (PE). Informou-se também que o próprio líder do PMDB, deputado Freitas Nobre (SP), havia considerado "horrível" o documento.

Os líderes e dirigentes oposicionistas admitiram, que foi "melancólico" o lançamento político-parlamentar do "Dia Nacional da Constituinte". Mas o líder do PDT, deputado Alceu Collares, acredita que "oportunamente" as oposições devem divulgar um manifesto ao povo, pela convocação da Constituinte. Esta é também a opinião dos líderes Antônio Mariz (PP) e Marcondes Gadelha (PMDB).

## LONGE DO MR-8

Menos discreto, Thales Ramalho, conversando com jornalistas, disse que o PP não poderia endossar o "rascunho" que lhe foi apresentado, justificando-se:

— A posição do PP na pregação pela Constituinte aproxima-se mais da posição do PT e está muito longe da posição do MR-8.

Acrescentou que sempre aprendeu que a insurreição e a violência são formas primitivas de atuação política e, portanto, o Partido

Popular não tem condições de apoiar qualquer movimento que defenda tal tipo de atuação. Negou, ainda, que tivesse recusado o apoio ao "rascunho" por não ter tido tempo de consultar a bancada. "Nunca disse isso. No primeiro momento comuniquei aos srs. Ulysses Guimarães e Freitas Nobre a posição do PP diante do texto apresentado".

— A exemplo do Partido dos Trabalhadores — acrescentou Thales Ramalho — o PP também não considera a campanha pela Constituinte como prioritária. Antes disso, as oposições precisam lutar pela revogação da lei Falcão. Como fazer a pregação pela Constituinte com retratos, 3x4 nas TVs? Devemos lutar, também, pela revisão da Lei de Segurança, Lei de Imprensa, lei de greve e outras leis de exceção. O povo precisa ser conscientizado para a convocação da Assembléia Constituinte.

Para a deputada Cristina Tavares (PE), da "Tendência Popular do PMDB", "o espetáculo melancólico do lançamento da campanha pela Constituinte mal esconde uma divergência maior entre as oposições, que é a diferente concepção da sociedade que se deseja construir".

Pelas dissensões conhecidas e esperadas no PDS, acha a depu-

cada, o PP voltará à cena com o papel de morador, "apesar do planalto".

— Diante desta perspectiva — disse Cristina Tavares — jamais o PP de Tancredo Neves e Thales Ramalho poderia se engajar numa campanha verdadeiramente oposicionista, pela convocação da Constituinte livre, popular e soberana.

O PMDB e o PDT, por causas diversas, desejam uma Constituinte para mudar radicalmente o modelo econômico e social implantado. O PP agora deseja o papel de administrador da crise.

O deputado Heitor Alencar Furtado (PR), também da "tendência Popular", leu da tribuna o "documento", como subsídio do seu partido à campanha pela Constituinte.

O PT não participa da Campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, porque o partido não discutiu ainda essa questão nos seus núcleos. Segundo o deputado Airton Soares (SP), foi elaborado um documento para subsidiar o debate, mostrando as bases trabalhadoras as várias teorias e implicações de uma Constituinte. "Enquanto isso, o PT dá prioridade a problemas como o custo de vida, habitação popular, saúde e outros que dizem respeito mais de perto ao povo".

## "A solução democrática"

O documento rejeitado, que tem o título de "manifesto à Nação", diz, entre outros trechos, o seguinte:

"Neste 15 de novembro, o povo deveria votar para eleger prefeitos e vereadores pelo voto direto e secreto. Mas o governo, temendo os resultados, proibiu, mais uma vez, sua participação na vida política brasileira. Impôs a prorrogação dos mandatos municipais, lesou as instituições e violou a vontade popular. Alterou, as regras do jogo que ele próprio traçou para continuar controlando a nação.

A nossa manifestação é de repúdio e de protesto contra essa violência, que traduz o procedimento autocrático e desestimulador das esperanças de democratização do país.

A nação violentada ainda está submetida ao Estado autoritário.

A soberania popular, tantas

vezes mutilada, há muito deixou de ser a fonte legítima do poder.

O governo retrogradou às formas oligárquicas.

A realidade, aí está. Aprofunda-se a crise econômica e social. O país, já dominado pelas multinacionais, vê-se ameaçado de passar a humilhante e inaceitável, tutela do Fundo Monetário Internacional. A dívida externa aumenta incontrolavelmente. Os preços dispararam. Os salários achatados são corroídos pela inflação que passa de 100 por cento ao ano. O feijão, a carne, o leite, desapareceram da mesa do trabalhador. No campo, cresce assustadoramente a legião dos famintos. Nos viveiros de miséria, das grandes cidades, a luta pela sobrevivência, o subemprego, o desemprego e a fome conduzem as classes trabalhadoras ao desespero.

O sofrimento nacional já se

arrasta por muitos anos, mas a cada momento as forças populares redobram sua resistência. O povo brasileiro anseia pela reconstrução democrática na conjugação comum dos esforços de todas as correntes de opinião pública. Os trabalhadores intensificam sua luta nos sindicatos, a União Nacional dos Estudantes reorganiza-se, as entidades profissionais se reafirmam, os movimentos sociais de base se fortalecem".

E conclui:

"A Constituinte, é a solução democrática, para o impasse político, criado por um regime apoiado no arbítrio e submisso a interesses externos.

A Constituinte é luta contra a fome e a opressão, e sinônimo de democracia e liberdade.

E, enfim, a Constituinte, em pacto de todos os brasileiros em favor do Brasil".